



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

1 Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, realizaram-se,  
2 presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, localizado na  
3 Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio  
4 da Plataforma *Microsoft Teams*, as Reuniões de Trabalho das Comissões, com a participação  
5 dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Celso Niskier, Gastão  
6 Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Ilona Maria  
7 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista, Leila Soares de Souza Perussolo,  
8 Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Márcia Teixeira Sebastiani, Mariana Lúcia Agnese  
9 Costa e Rosa, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e  
10 Paulo Fossatti. **RELATÓRIO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES é o que segue:** Às  
11 nove horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, teve início a reunião da  
12 **Comissão Bicameral Educação Profissional e Tecnológica no Brasil – EPT**, com a  
13 participação presencial dos Conselheiros Leila Soares de Souza Perussolo (Presidente),  
14 Cleunice Matos Rehem (Relatora), Givânia Maria da Silva, e, virtualmente, os Conselheiros  
15 Israel Matos Batista, Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti. Ainda participaram os convidados  
16 externos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação –  
17 Setec/MEC, com a presença da senhora Luciana Miyoko Massukado, Diretora de Programas,  
18 Patrícia Barcelos, Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica, e  
19 Sandra Grutzmacher, Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação  
20 Profissional e Tecnológica. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo saudou os presentes  
21 na reunião, dando as boas-vindas. Comentou que se trata da quarta reunião consecutiva com a  
22 Setec/MEC, que se estabeleceu uma parceria promissora e eficiente. Saudou o novo  
23 Coordenador-Geral de Apoio ao Colegiado, o servidor Antonio Alberto Brunetta. A  
24 Conselheira Cleunice Matos Rehem mencionou que os cursos técnicos são grandes  
25 oportunidades aos jovens brasileiros e que os demais países que utilizaram a política de oferta  
26 aos cursos técnicos, se desenvolveram economicamente. A Presidente da Comissão explicou a  
27 necessidade de atualização da Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de janeiro do ano de dois mil  
28 e vinte e um, e abordou que a Educação Profissional precisa ser modificada, bem como as  
29 normativas. Agradeceu a apresentação da equipe da Setec/MEC no mês de abril, sobre o código  
30 validador. Mencionou a relevância do código como segurança jurídica aos educandos que  
31 realizam cursos técnicos. Ainda, a Comissão abordará a pauta da formação docente aos que  
32 exercem atividades pedagógicas no ensino profissionalizante. A Conselheira Cleunice Matos  
33 Rehem saudou os presentes na reunião, convidados e Conselheiros. Pontuou que a Comissão  
34 tem duas prioridades: uma resolução sobre o código validador do Sistema Nacional de  
35 Informações da Educação Profissional – Sistec, pois a Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de  
36 janeiro do ano de dois mil e vinte e um não exige a apresentação do código, o que gera problema  
37 na emissão dos diplomas e respectiva certificação. Na oportunidade, a Conselheira Cleunice  
38 Matos Rehem solicitou à Diretora Patrícia Barcelos que os subsídios sejam enviados pela  
39 Setec/MEC para que a Comissão possa elaborar a minuta da Resolução. Comentou a  
40 problemática na emissão dos diplomas sem a presença do código validador, e que os conselhos  
41 de classe entram em contato com a Setec/MEC para exigir o número que autentifica o  
42 documento. Pensou em solicitar uma reunião da Comissão extraordinária em junho do ano de  
43 dois mil e vinte e cinco, para tratar do tema. O Conselheiro Israel Matos Batista comentou sobre



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

o Projeto Verticaliza. A Diretora Patrícia Barcelos falou a respeito da trava digital que não existe atualmente, mas passará a existir e será integrada ao código autenticador, para ser atrelado ao processo do diploma digital. O Sistec necessita atender todas as redes de ensino federais e privadas. A Diretora Patrícia Barcelos falou rapidamente sobre o Projeto Verticaliza e comentou que se trata de uma pauta antiga. Abordou que se refere a uma agenda integrada entre a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – Sesu/MEC, CNE, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres, ou seja, um debate com as demais secretarias do MEC. A Conselheira Cleunice Matos Rehem questionou a possibilidade de elaborar alguma resolução específica para o Projeto Verticaliza. Ambas as servidoras se demonstraram favoráveis à proposta. A Diretora Luciana Miyoko Massukado falou sobre a diferenciação do técnico para o tecnólogo. A Coordenadora-Geral Sandra Grutzmacher cumprimentou os presentes, e mostrou, em formato *powerpoint*, a apresentação intitulada de Aproveitamentos Estudos e Verticaliza da EPT. Fez um retrospecto histórico dos Pareceres do CNE que tratam da verticalização. Comentou que as instituições enviaram solicitações sobre os cursos técnicos e aproveitamento em cursos superiores. Na Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, já consta um item específico de aproveitamento de estudos dos cursos técnicos para os tecnólogos. Apresentou a Lei nº 14.645, de dois de agosto do ano de dois mil e vinte e três, que menciona o aproveitamento das experiências e dos conhecimentos desenvolvidos na EPT, no que tange dos cursos técnicos ao superior, com conhecimentos afins. Explicou que o reexame do Parecer CNE/CP nº 19, de sete de julho do ano de dois mil e vinte e dois, que trata sobre aproveitamento de estudos é urgente. Abordou, teoricamente, como está constituído o Projeto Verticaliza, que proporciona um processo de formação aos professores da EPT. Para as instituições que aderirem ao Projeto Verticaliza, terá como requisito fundamental a oferta de curso técnico e tecnológico simultaneamente. Explicou que o formato do curso ofertado no Projeto Verticaliza será a partir de seis unidades no tempo de cento e oitenta horas cada. Ao total, cinquenta e cinco instituições ofertaram o curso. Foram seis turmas constituídas e, atualmente, a Setec/MEC realiza o monitoramento das instituições. O projeto pedagógico precisa definir quais foram dificuldades encontradas pelas instituições que ofertaram o curso de aproveitamento de estudos. Destacou que os alunos que ingressaram em cursos tecnológicos e no Ensino Superior, poderão solicitar o aproveitamento de estudos dos cursos técnicos. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo apontou que ainda não constam os resultados de implementação do Projeto Verticaliza. Segundo a Coordenadora-Geral Sandra Grutzmacher, as instituições que aguardam o reexame do Parecer para utilização no aproveitamento de estudos são inúmeras. Na oportunidade, destacou que estudantes entram em contato com a Setec/MEC para solicitar o aproveitamento de estudos. O Conselheiro Paulo Fossatti mencionou que foi esclarecedor o relato da Coordenadora-Geral Sandra Grutzmacher. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo frisou que a Sesu/MEC e Seres precisaram ser escutadas para auxiliar na elaboração e Revisão do Parecer CNE/CP nº 19, de sete de julho do ano de dois mil e vinte e dois. Como compromisso, a comissão definiu revisar a Resolução CNE/CP nº 1, de cinco de janeiro do ano de dois mil e vinte e um e o Parecer CNE/CP nº 19, de sete de julho do ano de dois mil e vinte e dois. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo apresentou o plano de trabalho da Comissão, a atualização da Resolução supracitada e o Projeto Verticaliza e solicitou que fosse



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

encaminhada a apresentação sobre o Projeto Verticaliza para os membros do grupo da Comissão. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada. **Às nove e meia do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Educação Integral e em Tempo Integral, no âmbito da Câmara de Educação Básica – CEB**, com a participação presencial do Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo de Filho e, virtualmente, dos Conselheiros Israel Matos Batista, Márcia Teixeira Sebastiani, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva e das convidadas Julia Dietrich, especialista da Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, e Raquel Franzim da Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho saudou os presentes e comentou que a minuta da Resolução passou pelo processo de revisão e foi reescrita pela Consultoria Jurídica do Ministério da Educação – Conjur/MEC. Na oportunidade, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva disse que os ajustes tratam da forma, como correção de verbos, também se pontuou ajuste no conteúdo no que tange a parte do Projeto de Vida e financiamento. A senhora Júlia Dietrich fez uso da palavra e explicou que a minuta foi dividida em assuntos que são direcionados às redes de ensino, como secretarias estaduais e municipais e às unidades escolares. Comentou que foi realizada uma condensação das ações afirmativas nos parágrafos introdutórios e destacou que o texto ficou mais sucinto e organizado. Também mencionou o papel da gestão, para que a minuta tenha um caráter regulatório e não impositivo. Foi realizada uma discussão da minuta a respeito do lugar da afirmação do currículo, das práticas pedagógicas além da recomposição da aprendizagem e o Projeto de Vida que ganhou novo *status* de forma coletiva e não apenas individual. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva comentou sobre a temática do direito à aprendizagem e à educação. Falou sobre as formas de aprendizado atrelada à territorialidade, à diversidade, entre outros elementos. O Projeto de Vida não poderá ser discutido apenas como uma disciplina, todavia, precisa haver interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento. Sobre o financiamento para a Educação Integral, não cabe ao Conselho Nacional de Educação – CNE estabelecer os recursos. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani concordou e destacou que a escola não tem o papel apenas de ensinar, mas também de ensinar a conviver e respeitar a diversidade. Solicitou o cuidado com o termo “aprendizado”, pois a escola sempre exercerá uma missão significativa de aprender com significado. No entendimento da Conselheira, há um problema no termo, não há distinção entre aprender e aprender com significado. Outro ponto é a questão do acréscimo da resolução no que já consta na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Comentou o cuidado em utilizar os termos sobre a BNCC, destacando não ser necessário mencioná-la no art. quinze, seção IV. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani teve dúvidas se as mudanças na redação da minuta foram feitas tão somente pela Conjur/MEC uma vez que extrapolam às questões jurídicas. Segundo a senhora Raquel Franzim, o currículo da Educação Integral é intencional e se fundamenta na BNCC, a qual trata da alfabetização cartográfica e múltiplos letramentos. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva pontuou algumas partes da minuta, dentre as quais destacam o seguinte: o art. vinte e dois menciona as práticas pedagógicas e a competência dos sistemas de ensino e, após uma leitura de incisos do projeto de resolução, solicitou aos demais membros da Comissão possíveis sugestões e considerações. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani destacou que foi discutido, em outras oportunidades, sobre turno e contraturno e abordou, também, sobre a justiça curricular, descrita no corpo do



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

texto, destacando que não tem conhecimento acerca deste conceito. em resposta, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva explicou que, durante a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs do Ensino Médio, tal conceito foi tratado com bastante propriedade e embasamento teórico. Sugeriu uma nota de rodapé sobre a justiça curricular para contextualizar o leitor. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani solicitou a inclusão dos estágios na minuta Resolução da Educação Integral, na parte da formação continuada de professores e articulação com as Instituições do Educação Superior – IES, e sugeriu o acréscimo no art. vinte e cinco, inciso sétimo, do estágio curricular supervisionado. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho destacou que no art. vinte e seis é relevante a participação de todos os profissionais da educação dos sistemas de ensino no processo de avaliação e o diálogo com a direção das escolas, envolvendo a participação de todos. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva sinalizou que o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari sugeriu alguns pontos, mencionando as DCNs, de indicação mais objetiva em relação às famílias, e repetição sobre competências digitais. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani questionou o processo de votação, comentou que os membros da CEB não terão tempo hábil para leitura da minuta e possíveis considerações. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho sugeriu verificar a possibilidade de que a senhora Júlia Dietrich possa concluir os ajustes até o dia doze de maio e encaminhar a versão atualizada para os Conselheiros, mantendo a votação para dia quinze de maio. Uma alternativa apontada pela Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani seria a realização de uma reunião extraordinária para votação. Conforme o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, a Resolução já deveria de ter sido aprovada, tendo em vista uma demanda da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. Como encaminhamento, ficou definido o envio da versão da minuta aos Conselheiros para leitura e a votação seria mantida para reunião pública, na quinta-feira. **Às onze horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Bicameral Plano Nacional de Educação – PNE**, com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e, virtualmente, os Conselheiros Israel Matos Batista e Paulo Fossatti. A reunião iniciou com a saudação do Presidente Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho destacando o cronograma do trabalho da Comissão e abordou sobre o Projeto de Lei – PL da Câmara dos Deputados. Como produto da Comissão, tem-se objetivo de se elaborar um conjunto de emendas e sugestões ao PL nº 2614, do ano de dois mil e vinte e quatro. Foi adotada uma metodologia na Comissão, em que os Conselheiros poderiam enviar sugestões e, posteriormente, se realizaria uma sistematização do material a partir das emendas e discutir internamente na própria Comissão. O Conselheiro Manoel Gomes de Araújo Filho assinalou que o prazo de proposição das emendas estava se encerrando na Câmara dos Deputados e destacou que se encontra nas assembleias na Câmara para escuta dos projetos e emendas. A Relatora na Câmara adotará uma metodologia de rodada de escuta da comunidade para, posteriormente, apresentar o relatório. Primeiramente, o relatório será aprovado na Câmara dos Deputados e seguirá ao Senado Federal. Pois, na instância do Senado, já ocorreram audiências no ano passado e foi produzido um conjunto de emendas recebidas nesse processo. A palavra foi concedida à Relatora Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo que destacou que a





## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

173 Comissão havia proposto um planejamento e, ao término de abril, os Conselheiros enviaram  
174 contribuições à Comissão. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes solicitou a criação  
175 de um *e-mail*, para onde as contribuições fossem enviadas. Também comentou que as  
176 contribuições que foram submetidas pelo aplicativo *Whatsapp* já se encontram organizadas. E,  
177 enviou por meio do *e-mail* o material encaminhado pelo Conselheiro Heleno Manoel Gomes  
178 de Araújo Filho. As Conselheiras Cleunice Matos Rehem e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa  
179 também submeteram suas respectivas contribuições. Solicitou aos Conselheiros o envio para o  
180 *Whatsapp* das contribuições que foram encaminhadas ao *e-mail* pne@mec.gov.br. O  
181 Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho perguntou ao Conselheiro Israel Batista  
182 sobre a Comissão Especial da Educação da Câmara dos Deputados que, em resposta, explanou  
183 sobre a indicação de um debate na Assembleia Legislativa, com a participação da Mesa  
184 Diretora, para o acompanhamento. Houve o informe sobre o prazo estabelecido de cinco sessões  
185 para o recebimento de emendas por parte dos parlamentares. O Conselheiro Heleno Manoel  
186 Gomes de Araújo Filho informou se o prazo do envio de solicitação de emendas terminar em  
187 treze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, ficará inviável para o CNE encaminhar suas  
188 demandas. Além da proposta da Educação Ambiental, foi apresentado pela Conselheira  
189 Cleunice Matos Rehem a proposta para o Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica.  
190 Conforme mencionado pelo Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, a Deputada  
191 Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes convidará o CNE para acompanhar as audiências na  
192 Câmara dos Deputados nos respectivos estados. Como encaminhamento da Comissão, ficou  
193 definida a aprovação de um Parecer sobre a legislação atual do PNE, acerca da execução da Lei  
194 nº 13.005, de vinte e cinco de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, e atuação do CNE no  
195 Congresso Nacional, se inserindo no debate. Segundo sinalizou o Presidente Antonio Cesar  
196 Russi Callegari, é fundamental dispor de uma visão geral sobre a importância do PNE como  
197 uma lei vinculante, que não se limitará ao âmbito federal, mas também se articula as legislações  
198 estaduais e municipais, que as posições sejam do órgão colegiado, ou seja, uma posição  
199 coletiva. O CNE e o Fórum Nacional de Educação – FNE têm o papel e a responsabilidade de  
200 realizar o monitoramento do PNE. A atribuição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas  
201 Educacionais Anísio Teixeira – Inep é realizar, a cada dois anos, o monitoramento sobre os  
202 dados do PNE. É de responsabilidade do CNE emitir um Parecer sobre cada meta cumprida do  
203 PNE, no prazo de dois anos. Conforme o Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, existe  
204 divergência nos posicionamentos entre o FNE e o PNE, a respeito da proposta apresentada pelo  
205 Ministério da Educação – MEC. O PL nº 2.614 não apresenta a questão climática, o que resulta  
206 em uma deficiência no documento. A BNCC é um campo de disputa, e foi perguntado se ela  
207 tem como objetivo uma proposta de revisão no PNE. A Conselheira Cleunice Matos Rehem  
208 respondeu que a BNCC deverá ser revisada a cada cinco anos, conforme proposto pelo MEC.  
209 O Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, Alessandro do Nascimento  
210 Santos, destacou que a BNCC está no PNE na estratégia 3.4, ou seja, ato expedido pelo CNE,  
211 com a finalidade de aperfeiçoar os currículos estaduais, municipais e demais documentos  
212 orientadores da Educação Básica. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes argumentou  
213 que no dia dezoito de maio terminará o prazo para as entidades apresentarem as propostas de  
214 emendas. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes comentou que as emendas estão  
215 direcionadas para a Educação Básica. A metodologia adotada será a apresentação das emendas



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

216 pelos Deputados Federais e não pela sociedade civil em geral. A Conselheira Elizabeth Regina  
217 Nunes Guedes lembrou que o processo de votação deverá ocorrer até o mês de setembro para  
218 ser enviado ao Senado e que até dezembro o plano deverá ser promulgado e assinado pelo  
219 Presidente da República, e que é necessário adotar uma posição mais ativa do monitoramento  
220 do PNE, pois não é somente papel do Inep, para que o CNE e o Fórum Nacional de Educação  
221 possam, também, ser espaços de monitoramento. Como encaminhamento da reunião, foi  
222 deliberado que a Comissão fosse suspensa previamente e que ambas as Conselheiras pudessem  
223 sistematizar as contribuições enviadas pelos Conselheiros, para reunião extraordinária do dia  
224 vinte e dois de maio. Ainda, o Presidente Antonio Cesar Russi Callegari expressou o objetivo  
225 da composição da Comissão Bicameral do PNE, e que o CNE possa se estruturar no processo  
226 de elaboração da normativa do PNE, bem como a sua implementação. Como direcionamento,  
227 sugeriu que as contribuições que foram submetidas às Relatorias da Comissão possam ser  
228 alinhadas ao MEC, a fim de criar um diagnóstico permanente e que o CNE possa acompanhar  
229 a implementação do PNE, além de dialogar com o Secretário da Secretaria de Articulação  
230 Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação – Sase/MEC. **Às quatorze**  
231 **horas do dia doze de maio de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se no âmbito da Câmara de**  
232 **Educação Básica – CEB a Comissão Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e**  
233 **Adultos – EJA** com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari,  
234 Cleunice Matos Rehem, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza  
235 Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, virtualmente, da Conselheira Maria do Pilar  
236 Lacerda Almeida e Silva. Ainda participaram os convidados externos, Professor Dr. Humberto  
237 Miranda e senhor Irismar Santana da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e a  
238 Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada,  
239 Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação –  
240 Secadi/MEC, Mariângela Graciano. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa iniciou  
241 a reunião contextualizando os presentes sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão.  
242 Inicialmente, a Comissão desenvolveu o Parecer sobre as DCNs da EJA. O objetivo, neste  
243 momento, vincula-se a tratar das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs. A senhora  
244 Mariângela Graciano contextualizou sobre o trabalho almejado pela Comissão, pois foi  
245 solicitado pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos -  
246 CNAEJA a necessidade de revisar as DCNs da EJA. Questionou qual seria a EJA que se almeja  
247 e qual currículo fará sentido aos sujeitos. Foi pensado como o MEC, por intermédio da Secadi  
248 e do CNE, poderia construir um documento sobre as DCNs da EJA. Foi apresentada a proposta  
249 na CNAEJA sobre a ideia de ser realizado um processo de audiência pública com os segmentos  
250 das redes de ensino para dar prosseguimento à elaboração do Parecer sobre as DCNs da EJA.  
251 A palavra foi concedida ao Professor Humberto Miranda que destacou que a Coordenadora-  
252 Geral Mariângela Graciano conheceu o trabalho desenvolvido pela UFRPE, e solicitou que  
253 fosse elaborada uma proposta para ser apresentada às demais universidades federais. A ideia é  
254 que a UFRPE possa articular como proposta o fortalecimento da EJA em parceria com outras  
255 universidades federais. Mencionou que a Coordenadora deste projeto é a professora Cláudia  
256 Costa, também da UFRPE, e que não pôde se fazer presente na reunião. Na sequência, foi  
257 exposta uma apresentação em *powerpoint*, intitulada de Atualização das Diretrizes Curriculares  
258 Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Destacou o objetivo geral do projeto é



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

259 promover o processo de mobilização nacional para atualização das DCNs para a EJA.  
260 Posteriormente, explicou os objetivos específicos, comentou que é relevante construir a revisão  
261 das DCNs de forma coletiva e a partir das realidades brasileiras, abrindo para o diálogo com as  
262 redes de ensino, que compor um diagnóstico sobre o ensino da EJA é um projeto político e  
263 civilizatório, e detectar o potencial das universidades, mobilizando-as, por meio do corpo  
264 docente pode auxiliar na elaboração do documento. Prosseguiu, indicando que a metodologia  
265 de trabalho seguirá os passos respeitando uma escuta sensível e democrática, valorizando as  
266 falas dos diversos públicos, ou seja, uma possibilidade de participação política das pessoas,  
267 considerando como público-alvo a ser escutado para elaboração das novas DCNs, os estudantes  
268 incluídos na educação escolar quilombola, indígena, do campo, do meio urbano, do sistema  
269 socioeducativo, do sistema prisional, bem como os movimentos sociais, gestores/supervisores  
270 escolares e as redes de ensino. Apresentou um cronograma de ações referente ao projeto, como  
271 pauta de reuniões, consulta pública e seminários regionais. Concluiu que será produzido um  
272 relatório pela UFRPE a ser submetido ao CNE, que elaborará a minuta e realizará as audiências  
273 e consultas públicas. Assim, a UFRPE se colocou à disposição, por meio de seus pesquisadores,  
274 para auxiliar na construção do documento que tratará da revisão das DCNs da EJA. Segundo a  
275 servidora Mariângela Graciano, o ano de dois mil e vinte e seis será o momento de difusão das  
276 DC's a partir do que for elaborado pelo CNE. Para o Professor Humberto Miranda, é relevante  
277 haver momentos de devolutivas com a comunidade em geral. Como metodologia, vinte e sete  
278 relatórios serão submetidos, um por cada estado e o Distrito Federal, que serão compilados em  
279 apenas um documento e será entregue ao CNE. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e  
280 Rosa recapitulou os passos que serão realizados pela UFRPE, ou seja, nos meses de agosto e  
281 setembro será apreciado o material, onde o texto será enviado e, posteriormente, submetido à  
282 audiência pública nos meses de outubro e novembro e, por meio deste processo, serão colhidas  
283 as contribuições que auxiliarão na versão final da minuta da revisão das DCNs EJA. Segundo  
284 o calendário, a ideia central é o documento ser submetido à aprovação pelo Conselho entre os  
285 meses de janeiro e fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis. Assim, aprovado pelo Ministro  
286 de Estado da Educação em março e, por fim, serão realizados os seminários devolutivos. O  
287 Professor Humberto Miranda comentou que a ideia é estabelecer um cronograma estendido. A  
288 Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva destacou a importância de se pensar  
289 minuciosamente o cronograma, tendo em vista, a preocupação das pesquisas que apontam para  
290 o analfabetismo funcional, bem como o descaso dos sistemas de ensino estaduais e municipais  
291 com a modalidade da EJA. Sugeriu que o próximo ano de dois mil e vinte e seis deva ser de  
292 implementação. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo destacou a apresentação do  
293 professor Humberto Miranda, ainda pontuou a importância do PNE na modalidade da EJA e as  
294 redes de educação. Falou da garantia da oferta da EJA, bem como o currículo escolar E da  
295 importância de estabelecer diálogos com os fóruns da EJA nos estados brasileiros, incentivando  
296 maior participação política. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo mencionou que  
297 quando o fórum da EJA é atuante, se consegue avanços em muitos territórios, talvez a medida  
298 seja reativá-los e fortalecê-los. Neste sentido, trata-se de uma questão importante a efetivação  
299 das políticas públicas. De acordo com Mariângela Graciano, o processo de escuta é  
300 desenvolvido por meio das ações do CNE. A Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa  
301 destacou que o Conselheiro Gastão Dias Vieira se colocou à disposição para acompanhar os



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

momentos de escuta com as redes e fóruns de ensino. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. **Às quatorze horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Estatística, no âmbito da Câmara de Educação Superior – CES,** com a participação presencial dos Conselheiros Celso Niskier (Presidente), Mauro Luiz Rabelo (Relator), Elizabeth Regina Nunes Guedes e, virtualmente, da Conselheira Monica Sapucaia Machado. Ainda participaram os especialistas Anderson Luiz Ara Souza, André Carvalho, Cibele Russo, Lilia Carolina Carneiro, Mário Hissamitsu Tarumoto e Viviana Giampaoli. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo deu as boas-vindas a todos, reforçou a necessidade de alinhar a proposta às diretrizes do CNE e concedeu a palavra para a Professora Viviana Giampaoli, que apresentou os convidados, e iniciou explicando que no biênio de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro foram atualizadas as diretrizes do curso superior de Estatística, bacharelado, para incluir avanços em métodos computacionais, baseados na Ciência de Dados. Ela sugere aprofundar temas como aprendizagem de máquina e grandes bases de dados. O Professor Anderson Luiz Ara Souza apresentou oito eixos, destacando os focados em métodos computacionais e atualizações nas competências. O senhor André Carvalho elogiou a integração entre computação e estatística e destacou a sua formação que une essas áreas. A Professora Viviana Giampaoli relatou que o grupo já revisou o texto das diretrizes, mas surgiram dúvidas sobre os pontos da legislação e itens que parecem obrigatórios, mas não estão claros. Solicitou que os Conselheiros Mauro Luiz Rabelo, Celso Niskier e o Professor Anderson Luiz Ara Souza ajudassem a esclarecer pontos que facilitem a redação e que o documento seja formatado para facilitar a discussão. O senhor Anderson Luiz Ara Souza destacou as dúvidas sobre o perfil do egresso nos capítulos II e III, principalmente sobre a menção dos termos como aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais, que hoje aparecem de forma implícitas (ex. ética e cidadania). Questiona se tais termos devem constar no documento ou nas recomendações do CNE. Por fim, o Professor Anderson Luiz Ara Souza informou que o texto atual da Associação Brasileira de Estatística – ABE está em revisão final e servirá de base para a nova DCN, que será mais resumida e atualizada, no formato semelhante ao do ano de dois mil e oito. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo destacou que as novas diretrizes facilitam o trabalho das instituições e incluem a obrigatoriedade da Educação Ambiental. O texto será homologado e ajustado para ser flexível e atualizado continuamente. O Conselheiro Celso Niskier concordou e pediu que a Professora Viviana Giampaoli envie o material para revisão final, especialmente sobre temas como Educação Ambiental, para validação antes da aprovação. A Professora Lilia Carolina Carneiro Costa questionou se o estágio supervisionado deve ser obrigatório no curso superior, ou pode ser substituído pelo Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme o art. sétimo. O Conselheiro Celso Niskier esclareceu que, segundo o texto atual, TCC e estágio são obrigatórios, mas reconhece que precisa ser mais bem avaliado, porém o tema será discutido pela Comissão com retorno na próxima reunião. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo concordou e pontuou que essa questão será discutida com a equipe técnica e dependerá da definição final da DCN. A análise será retomada na próxima reunião para acelerar o processo. A Professora Lilia Carolina Carneiro questionou sobre a carga horária e conteúdos obrigatórios na diretriz, em relação à citação de leis específicas ou apenas mencionar “conforme legislação vigente” para evitar futuras atualizações frequentes. O Conselheiro Celso Niskier concordou em deixar





## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

o texto flexível, incluindo todos os conteúdos obrigatórios e ressaltando que a equipe técnica fará revisão cuidadosa para garantir que nada importante seja deixado de fora. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo reforçou a importância de incluir todas as obrigatoriedades nas diretrizes para evitar falhas que prejudiquem a avaliação das instituições. Ele destacou a necessidade de esclarecer se o estágio e o TCC devem ser obrigatórios em todos os cursos superiores, garantindo maior precisão nas normas. A Professora Viviana Giampaoli indagou se as atividades são obrigatórias, mencionando laboratórios de computação, e sobre a manutenção desta obrigatoriedade. O Conselheiro Celso Niskier realçou que as atividades podem ser realizadas em laboratórios virtuais, com flexibilidade, para que as diretrizes durem anos e acompanhem formatos modernos. O Professor Mário Hissamitsu Tarumoto ressaltou que as diretrizes ainda não foram homologadas e oferecem liberdade para detalhar conteúdos, mas questionou se temas obrigatórios terão carga horária mínima, para evitar que fiquem superficiais. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo salientou a necessidade de avançar nas orientações para alunos dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA no Ensino Superior, incluindo a formação dos professores. O Conselheiro Celso Niskier agradeceu a participação, apoiou a continuidade do trabalho e encerrou a reunião. **Às quinze horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no âmbito da Câmara de Educação Básica – CEB, reuniu-se a Comissão Artes Normas Complementares à BNCC**, com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo e dos convidados, o senhor Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, o senhor Alexandre Falcão, da Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral da SEB/MEC – e o senhor Rafael Maximiliano, do Ministério da Cultura – MinC. Ainda, participaram virtualmente os convidados, o senhor Marco Aurélio da Cruz e a senhora Janice Martins Appel, ambos da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – Anpap, o senhor Juliano Casimiro, da Federação de Arte Educadores do Brasil – Faeb, a senhora Katya Sousa Gualter, pesquisadora de dança, e o senhor Robson Rosseto, da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas – Abrace. Inicialmente, o Relator da Comissão, Antonio Cesar Russi Callegari, destacou que na Base Nacional Comum Curricular – BNCC o componente das artes foi tratado com insuficiência. A ideia da Comissão é poder colher subsídios para elaborar um documento que servirá para complementar a BNCC. A ideia é garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento do ensino das artes nas diferentes etapas. Relatou que tem consciência da relevância do ensino das artes e que seja desenvolvida levando em consideração a questão curricular, formação de professores, elaboração de livros didáticos, recursos educacionais, bem como os processos avaliativos. O senhor Juliano Casimiro destacou que já existe um documento sistematizado sobre o ensino das artes no Brasil, e o texto foi elaborado durante a realização do seminário do ensino das artes no ano de dois mil e vinte e quatro, promovido pelo Ministério da Educação – MEC em parceria com CNE. Como síntese do evento, foi elaborado um documento que será apresentado na reunião, e a estrutura da minuta está alicerçada em tópicos, dentre os quais: 1. Tempos e Condições e Curriculares; 2. Contratação e atuação profissional; e 3. Projetos e ações curriculares. Dentro da premissa do eixo um, pontuou-se a questão da isonomia do tempo da arte nos currículos escolares e o



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

388 aumento da carga horária da disciplina no currículo escolar, visando a complementação das  
389 diferentes linguagens. Comentou que algumas escolas apenas trabalham com um dos  
390 componentes das linguagens artísticas, porém o ideal é que as linguagens do teatro, dança e  
391 música também sejam incorporadas ao Ensino das Artes. Outra situação trata-se de professores  
392 ministrarem aulas sem dispor da formação no componente curricular. Neste sentido, conclui-se  
393 que deve haver coerência entre a área de formação do professor e o componente curricular, e  
394 integrar a produção artística com a sociedade em geral. A Professora Janice Appel  
395 contextualizou a noção polivalência das linguagens artísticas. Falou sobre a diversidade  
396 territorial no cenário brasileiro, que a escola, enfrenta dificuldades estruturais, e pensar a arte a  
397 partir dos equipamentos culturais urbanos, considerando que a construção do perfil no campo  
398 das artes assume várias funções, como de pesquisador, artista e professor. A noção de artes não  
399 separa o cidadão do meio em que se encontra inserido. Destacou que nos concursos estão  
400 assumidos docentes negros, pardos, LGBTQIAPN+ pois leva-se em consideração a noção  
401 contemporânea que a sociedade não está dissociada da escola. Outras pautas também estão  
402 sendo assumidas pelo Ensino das Artes, com a preservação do patrimônio, poéticas visuais,  
403 educação e história, bem como teoria e crítica da arte. Com a palavra, o senhor Marco Aurelio  
404 da Cruz Souza agradeceu o espaço que está sendo construído com o objetivo de se refletir o  
405 Ensino das Artes na Educação Básica. Comentou o trabalho que vem sendo construído entre os  
406 componentes curriculares das diversas linguagens das artes. Pontuou a formação própria de  
407 cada professor seja do ensino da dança, do teatro, música e artes visuais. Destacou o papel da  
408 escola a partir de um sentido ampliado, e frisou que, na realidade brasileira, as escolas tornam-  
409 se o único equipamento cultural da cidade. Falou do papel do professor artista e pesquisador da  
410 sua própria prática. No que tange o componente da dança é necessário repensar os fazeres  
411 culturais e a diversidade territorial brasileira. Sinalizou as dificuldades encontradas no exercício  
412 do Ensino de Artes na Educação Básica, como a falta de carga horária, estrutura física,  
413 professores qualificados e com habilitação em artes. O senhor Robson Rosseto comentou que  
414 participou do Seminário das Artes e foi possível colaborar com a elaboração de um documento  
415 coletivo das associações que representam o Ensino de Artes no Brasil. Explicou a dificuldade  
416 de ingresso dos egressos dos cursos superiores de Artes, que não sejam da linguagem das artes  
417 visuais, no mercado de trabalho. A senhora Katya Souza Gualter destacou que a maioria dos  
418 municípios já estão inserindo a dança como componente curricular, e como resultado desta ação  
419 surgiu a demanda de professores para atuarem nas escolas. O senhor Rafael Maximiniano  
420 ressaltou que a parceria do MinC poderá ser mais ativa a partir do Eixo três apresentado pelo  
421 senhor Juliano Casimiro, explicou o papel do MinC e ausência de equipamentos culturais.  
422 Comentou a parceria que está se construindo entre o MEC e o MinC. O senhor Alexandre Falcão  
423 falou a respeito do Eixo três, a integração da produção artística da escola e da sociedade em  
424 geral. O Diretor Alexsandro do Nascimento Santos comentou que alguns pontos apresentados  
425 não poderão ser regulamentados pelo MEC. Relatou a relevância do CNE dialogar com os  
426 conselhos estaduais e municipais para direcionar as decisões a cada instância, a fim de pensar  
427 como construir uma visão curricular da arte na Educação Básica e a importância de ouvir as  
428 entidades das redes de educação, tendo em vista a construção de recomendações para o Ensino  
429 das Artes. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari agradeceu os subsídios que estão sendo  
430 encaminhados à Comissão e comentou que a BNCC não se trata de um currículo propriamente



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

431 dito. O desafio da Comissão é estabelecer diálogo com os sistemas educacionais brasileiros e  
432 seu objetivo é de construir um documento que leve orientação do Ensino das Artes na Educação  
433 Básica, considerando que nos anos iniciais quem ministra é o pedagogo. A ideia é realizar  
434 audiência e consulta pública reunindo material preliminar para que os autores do campo  
435 educacional possam expressar suas manifestações referentes ao tema. A Conselheira Leila  
436 Soares de Souza Perussolo finalizou a reunião e agradeceu os presentes. **Às quinze horas do**  
437 **dia doze de maio do ano de dois e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Diretrizes**  
438 **Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Medicina, no âmbito da Câmara de**  
439 **Educação Superior – CES**, com a participação dos Conselheiros Elizabeth Regina Nunes  
440 Guedes (Relatora), Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes  
441 Guedes explicou que a minuta das Diretrizes Curriculares de Medicina, iniciada no ano de dois  
442 mil e vinte e quatro, sob a liderança da Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes, conta com  
443 três propostas da Comissão original da Associação Brasileira de Educação Médica – Abem e  
444 do Conselho Nacional de Educação – CNE. A Abem defende foco no Sistema Único de Saúde  
445 – SUS, enquanto o CNE busca uma formação mais ampla. O Ministério da Saúde – MS  
446 recomendou aguardar o Projeto Rever. O Conselheiro Paulo Fossatti destacou a importância do  
447 diálogo e da formação para diferentes contextos. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes  
448 Guedes apresentou ajustes na proposta, incluindo retirada de especialidades do internato, ênfase  
449 em tecnologias e competências amplas. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes  
450 agradeceu a colaboração da Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar e das instituições  
451 participantes como, Instituto de Educação Médica – Idomed, São Leopoldo Mandic e  
452 Universidade de São Paulo – USP. Propôs uma audiência pública após a consulta, com debates  
453 em julho e aprovação final da minuta em agosto do corrente ano. Prometeu divulgar o texto e a  
454 planilha com as contribuições, destacando o caráter coletivo do trabalho. Encerrou agradecendo  
455 a presença de todos. **Às dezesseis horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e**  
456 **cinco, reuniu-se a Comissão Bicameral Base Nacional Comum Curricular e Avaliação da**  
457 **Educação Básica – BNCC**, com a participação presencial dos Conselheiros Antonio Cesar  
458 Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos  
459 Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Otavio Luiz  
460 Rodrigues Jr. e, virtualmente, as Conselheiras Márcia Teixeira Sebastiani (Presidente), Ilona  
461 Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa (Relatora) e Maria do Pilar Lacerda Almeida e  
462 Silva. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani iniciou a reunião apresentando um histórico  
463 do trabalho da comissão. Relatou que a comissão da BNCC atua há sete meses e que só na  
464 última reunião, a do mês de março, é que se levantou a questão se a comissão deveria ou não  
465 revisar a BNCC. A conselheira lembrou que após debates, a comissão havia chegado a um  
466 consenso: seria organizado um seminário sobre a BNCC para ouvir especialistas e entidades  
467 educacionais brasileiras. Porém, posteriormente, alguns Conselheiros manifestaram-se contra a  
468 revisão da BNCC, afirmando que a Comissão apenas deve acompanhar a sua implementação e  
469 utilizá-la para fins administrativos, conforme o que define a portaria de criação da comissão, e  
470 não mais organizar o seminário. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani explicou que frente  
471 a essa brusca mudança de rumo, iria destacar pontos importantes a serem analisados pelos  
472 componentes da Comissão para que ao final da reunião chegassem a um novo consenso e que  
473 esse fosse, de fato, assumido por todos. Assim, A Conselheira Márcia resumiu os principais



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

tópicos para o debate: (i) a Comissão da BNCC, criada em dois mil e quatorze, foi recomposta várias vezes com o mesmo escopo e sem atualização. (ii) O Parecer CNE/CP nº 15, de quinze de dezembro do ano de dois mil e dezessete, determina a revisão obrigatória da BNCC em dois mil e vinte e cinco, porém este parecer não define quem é o responsável por essa revisão e como deverá ser o procedimento. (iii) Regimento Interno do CNE estabelece que a Câmara de Educação Básica – CEB poderá propor ações sem ter oficialmente uma solicitação formal do MEC. Aberto o debate, O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho manteve a posição que a Comissão deve concluir os trabalhos por meio de um relatório previamente elaborado, que deverá ser submetido à aprovação do Colegiado para ser enviado para a aprovação do MEC. Explicou que a responsabilidade pela atualização da BNCC é da União, dos estados, do Distrito Federal, e dos municípios, conforme a lei. Após o retorno do relatório do MEC, a Comissão pode ser reativada ou recomposta. Na visão da Conselheira Cleunice Matos Rehem, a Comissão não tem atribuição para revisar a BNCC, pois não se encontra previsto nas portarias de recomposição. O Conselho delibera sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC, conforme o art. quarto, inciso III do Regimento Interno. A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC acompanhará a implementação da BNCC, por meio do programa ProBNCC com monitoramento, orientação e materiais para apoiar a implementação nas redes de ensino. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda de Almeida e Silva considera prematuro tratar da revisão da BNCC e apesar de colaborar com a Comissão, mantém uma visão política sobre o tema. Argumenta que as redes de ensino ainda estão em fase de implementação e debate da BNCC, especialmente no Ensino Médio e na Educação Integral. Dessa forma, considera inadequada iniciar a revisão neste momento. Propõe que a comissão consolide em um documento o acompanhamento da implementação da BNCC, e assim, encerre-se o ciclo atual de trabalho com as entregas ao MEC. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari argumentou que os sistemas estaduais de ensino devem adequar seus currículos do Ensino Médio até o final de 2025, conforme dispõem nossas Diretrizes Curriculares. E, para tanto, precisam se valer da atual BNCC do Ensino Médio. Iniciar um debate mais amplo sobre a revisão da BNCC poderia gerar confusão e atrapalhar essa tarefa dos estados. A Presidente da Comissão, Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani, ressalta que a proposta é de a comissão só produzir subsídios para futura revisão. Destaca também a necessidade de esclarecer oficialmente quem de fato é O responsável pela revisão, uma vez que foi posto que essa função não é dessa comissão. ao questionar à Conselheira Cleunice Matos Rehem sobre quem, no CNE, seria o responsável por essa missão, teve como resposta que a revisão da BNCC cabe à CEB, não à Comissão Bicameral, porém essa responsabilidade não foi formalizada. Pontuou a importância de definir quem lidera o processo e garantir a participação da sociedade civil. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho defendeu que a Comissão conclua os trabalhos conforme a portaria, envie o relatório final ao MEC e encerre suas atividades. Destacou que a atualização da BNCC é de responsabilidade do MEC e que fará o envio ao CNE para continuidade do processo, seguindo a legislação vigente. A Conselheira Ilona Maria Lustosa Becskéhy Ferrão de Sousa sugeriu pedir à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação – Conjuc/MEC um parecer oficial sobre quem, de fato, é o responsável pela revisão e mencionou o seu compromisso sobre a elaboração do relatório, solicitando contribuições aos demais membros da Comissão. Demonstrou preocupação sobre a finalização do relatório e





## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

517 encerramento da comissão em razão de questões políticas. A Conselheira Márcia Teixeira  
518 Sebastiani solicitou aos Conselheiros para que não percam o foco técnico e aconselhou discutir  
519 os pontos na reunião subsequente. O Diretor Alexsandro do Nascimento Santos afirmou que o  
520 MEC lidera a revisão da BNCC, reconheceu os desafios na implementação e propôs usar o  
521 termo “melhoria” ao invés de “revisão” para evitar resistências. O foco inicial seria no Ensino  
522 Médio, com compromisso de conduzir o processo junto ao CNE. A Conselheira Márcia Teixeira  
523 Sebastiani expressou apoio à proposta do Diretor. Todavia, a Conselheira Ilona Maria Lustosa  
524 Becskeházy Ferrão de Sousa rejeitou o prazo estabelecido de um mês para entrega do relatório  
525 da Comissão, destacando que a complexidade do tema. Afirmou que o prazo é curto e  
526 comprometeria a qualidade do relatório, resultando em uma matéria sem aprimoramento teórico  
527 e com exiguidade. Solicitou mais esclarecimentos ao Diretor Alexsandro do Nascimento Santos  
528 sobre o prazo estipulado. Em seguida, a Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani propôs enviar  
529 ao MEC os pontos discutidos pela Comissão como base preliminar, pois o texto esclarece e  
530 define conceitos relevantes. O Diretor Alexsandro do Nascimento Santos mencionou que não  
531 tem autoridade para propor o encerramento da Comissão, pois não integra o Conselho como  
532 membro. Destacou que objetiva alinhar expectativas entre MEC, relatório e duração da  
533 Comissão e que o encerramento da Comissão é decisão exclusiva do CNE. A Conselheira  
534 Márcia Teixeira Sebastiani apoiou a proposta apresentada e entendeu como uma medida  
535 apaziguadora, que favorece o diálogo entre o CNE e MEC. Esclareceu que o documento  
536 elaborado pela Comissão se encontra em fase intermediária, não o relatório em versão final.  
537 Recomendou a entrega da minuta em formato parcial, previamente ao encerramento dos  
538 trabalhos da Comissão e abriu espaço para o diálogo dos demais membros. A Conselheira Maria  
539 do Pilar Lacerda Almeida e Silva corroborou a proposta do Diretor Alexsandro do Nascimento  
540 Santos e defendeu prazo flexível para priorizar qualidade. Destacou a importância de refletir o  
541 contexto atual e sugeriu consultar a Conjur/MEC sobre o assunto. Valorizou o papel da Relatora  
542 e a discussão coletiva do prazo e sua flexibilidade de dois a três meses para finalizar o relatório.  
543 A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani agradeceu e reconheceu que a Comissão chegou a  
544 um consenso. Num primeiro momento, consultou os Conselheiros sobre a proposta do Diretor  
545 Alexsandro do Nascimento Santos destacando que já tem o apoio da presidência da Comissão,  
546 recebendo manifestações favoráveis, exceto do Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo  
547 Filho. O Conselheiro Israel Matos Batista opinou que a Comissão deve avaliar a implementação  
548 da BNCC, não fazer a revisão, explicando que o relatório precisa ser um diagnóstico técnico e  
549 político dos últimos cinco anos, incluindo impactos da pandemia e desafios locais, concluindo  
550 que a revisão será realizada por uma nova Comissão no futuro. A Conselheira Ilona Maria  
551 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa solicitou que conste em ata que ocorreu uma alteração no  
552 escopo da Comissão, de função prospectiva (Revisão da BNCC) para uma função avaliativa e  
553 de acompanhamento da implementação, destacando que a mudança é de cunho político e não  
554 apenas de caráter técnico. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo ressaltou que a  
555 Comissão não tem estrutura para revisar toda a BNCC, mas que o trabalho foi importante para  
556 compreender as realidades dos estados e municípios, especialmente pós-pandemia. Reforçou  
557 que a BNCC não é um currículo e defendeu a continuidade do acompanhamento e diálogo com  
558 as redes de ensino, em possíveis futuras revisões. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari  
559 solicitou prazos claros para as Comissões e objetivo no relatório elaborado pela Relatora.



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

560 Rejeitou o processo de debate público por ocasionar estranhamento nos processos nas redes que  
561 já seguem a BNCC da conjuntura atual, além de rejeitar uma consulta à Conjur sobre a  
562 responsabilidade pela revisão da BNCC. Pediu que Presidente e Relatora apresentem o relatório  
563 de acompanhamento da implementação da BNCC – produto da Comissão – e definindo uma  
564 data em que será posto em votação. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani deixou claro que  
565 a revisão deveria ter sido iniciada em janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, e que precisa  
566 de uma definição por escrito, de quem é a responsabilidade pela revisão, para evitar cobranças  
567 indevidas e omissão. Defende que o CNE deve apenas aguardar a proposta do MEC para  
568 deliberar. **Às dezessete horas do dia doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou**  
569 **a reunião da Comissão Bicameral Educação Ambiental e Mudanças Climáticas** com a  
570 participação presencial dos Conselheiros Cleunice Matos Rehem (Presidente), Elizabeth  
571 Regina Nunes Guedes (Relatora), Israel Matos Batista (Relator), Monica Sapucaia Machado,  
572 Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti. A Conselheira Cleunice Matos Rehem iniciou  
573 cumprimentando os presentes e destacou a importância da Comissão Educação Ambiental e  
574 Mudanças Climáticas do Conselho Nacional de Educação – CNE que trabalha para fortalecer a  
575 Educação Ambiental no Brasil, considerando a urgência das questões climáticas. Foi  
576 mencionado o surgimento do Currículo Azul, que promove a Educação Oceânica nas escolas,  
577 lançado em abril com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e  
578 Cultura – Unesco, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Ministério da  
579 Educação – MEC. A Comissão se surpreendeu, pois não participou da construção dessa  
580 proposta. Assim, busca entender melhor como tal currículo será implementado e como será  
581 integrado às diretrizes curriculares nacionais. Para isso, foram convidados representantes do  
582 MCTI, MEC, Unesco e *Worldwatch Institute* – WWI para prestar esclarecimentos e colaborar  
583 na atualização das diretrizes da Educação Ambiental. O Secretário-Executivo Adjunto do MEC,  
584 Gregório Durlo Grisa, destacou que a cultura oceânica é uma pauta política relevante,  
585 impulsionada por organismos internacionais como a Unesco e assumida pelo governo  
586 brasileiro. Defendeu a revisão das Diretrizes de Educação Ambiental nas normas curriculares.  
587 Informou que estão sendo realizados fóruns regionais e oficinas para coletar contribuições,  
588 visando levar propostas ao CNE, com a participação dos ministérios e da sociedade civil. O  
589 Diretor do Departamento de Programas Temáticos – DEPTE do MCTI, Leandro Bortolozo  
590 Pedron, revelou que se envolveu com a pauta de educação por conta da Década da Ciência  
591 Oceânica (dois mil e vinte um – dois mil e trinta), definida pela Organização das Nações Unidas  
592 – ONU e coordenada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI-Unesco. Isso  
593 surgiu devido aos desafios apontados pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 – ODS  
594 14 (Vida na água), como falta de conhecimento sobre os oceanos e pouco financiamento.  
595 Informou que o MCTI é o ponto focal do Brasil na COI-Unesco, e uma das principais ações da  
596 Década é promover a cultura oceânica, que conecta ciência e educação. O Brasil se destaca  
597 mundialmente nesse tema, com vinte cidades e três estados que já possuem legislação sobre  
598 cultura oceânica, além de uma forte atuação da sociedade civil, como a aliança Brasileira pela  
599 Cultura Oceânica. Por isso, o MCTI firmou uma carta de intenções com o MEC para integrar  
600 Ciência e Educação, fortalecendo a construção de um Currículo Azul alinhado às  
601 especificidades regionais. As próximas etapas incluem oficinas nas cinco regiões do país, com  
602 foco em ouvir a sociedade e gerar subsídios para políticas públicas, especialmente diante dos



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

603 desafios climáticos atuais. O Presidente do Grupo de Especialistas em Cultura Oceânica da  
604 UNESCO, Ronaldo Adriano Christofolletti, destacou a importância da cultura oceânica, que vai  
605 além de ensinar sobre o oceano, trata-se de entender a relação do oceano com nossa vida, clima,  
606 economia e segurança alimentar. Ele alertou que setenta e um por cento do planeta é água e  
607 noventa e sete por cento desta água está nos oceanos, portanto, se o oceano não vai bem, o  
608 planeta inteiro sofre. Apresentou dados alarmantes sobre o aquecimento acelerado dos oceanos  
609 desde o ano de dois mil e vinte e três, que tem gerado impactos diretos com as secas na  
610 Amazônia, enchentes no Rio Grande do Sul e desastres globais, que afeta diretamente a  
611 economia e a vida das pessoas, refletindo, por exemplo, no aumento dos preços de alimentos.  
612 Também reforçou que o Brasil é o líder mundial em cultura oceânica, com destaque para o  
613 crescimento de projetos, leis estaduais e municipais e programas como o da Escola Azul, que  
614 já envolve quase quinhentas escolas no país e concluiu que é fundamental incluir a cultura  
615 oceânica nos currículos escolares, como pede a Unesco e trata-se de compromisso alinhado com  
616 grandes eventos internacionais, como a Conferência do Oceano, na França e a COP30, no  
617 Brasil. Já o Diretor da Rede *WWI*, Eduardo Athayde, destacou a importância de incluir a  
618 economia do mar na educação, reforçando o conceito da Amazônia Azul, que amplia o território  
619 brasileiro do mar. Defendeu a necessidade de alfabetização oceânica, uso da Inteligência  
620 Artificial – IA e planejamento sustentável dos oceanos. Enfatizou que a COP30 será uma  
621 oportunidade para integrar os projetos da Amazônia Verde e Azul, demonstrando o potencial  
622 do Brasil na economia azul e na sustentabilidade. O Conselheiro Paulo Fossatti parabenizou  
623 pelo debate, destacando que a educação ainda está dando os primeiros passos no olhar para o  
624 mar, diferente da economia e da ciência. Reforçou o compromisso de que a Comissão passará  
625 a dispor de um olhar especial para a economia e a Educação do Mar a partir daquele momento.  
626 A Conselheira Cleunice Matos Rehem destacou a importância do debate sobre esse assunto.  
627 Reconheceu que a educação ainda não estava focada no tema, mas, que a Comissão se  
628 comprometeria a incluir a temática oceânica e o currículo azul na atualização das Diretrizes  
629 Curriculares Nacionais – DCNs da Educação Ambiental e Mudanças Climáticas. A Professora  
630 Anaci Bispo Paim, ex-Conselheira na gestão de dois mil e quatro a dois mil e oito da Câmara  
631 de Educação Superior – CES parabenizou a inclusão da dimensão marítima nas diretrizes  
632 curriculares, destacando que o meio ambiente está aquém do terrestre e inclui a área marítima  
633 brasileira. Ressaltou que difundir o tema às escolas de todos os municípios é essencial para  
634 aproximar os alunos da realidade, entendendo os impactos das mudanças do oceano, como  
635 enchentes e estiagens, e formando cidadãos mais conscientes desde os anos iniciais. A  
636 Conselheira Cleunice Matos Rehem parabenizou a iniciativa inovadora de inserir a Cultura  
637 Oceânica na educação, destacando que antes isso não era discutido. Agradeceu ao MCTI, à  
638 Unesco e aos colaboradores, reforçando que essa ação inspira a Comissão a trabalhar para que  
639 o tema alcance as escolas, agregando valor à Educação Ambiental. Enfatizou que o CNE está  
640 ajudando a redigir uma nova história, comprometida em incluir essa temática nas Diretrizes  
641 Curriculares Nacionais e colocou-se à disposição para dar andamento e contribuir no processo.  
642 Nada mais a tratar, encerrou-se a reunião. Sem outras manifestações, as Reuniões das  
643 Comissões de doze de maio de dois mil e vinte e cinco foram encerradas e, para constar, eu,  
644 Antonio Alberto Brunetta lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente  
645 por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Antonio Cesar



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

Russi Callegari. Brasília, doze de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. **RELATÓRIO DE REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES. Às quatorze horas, do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no âmbito da Câmara de Educação Básica, iniciou a reunião extraordinária da Comissão Educação Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, com a participação da Conselheira Presidente Givânia Maria da Silva, da Conselheira Relatora Leila Soares de Souza Perussolo, e da Consultora da Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, Lucimar Rosa Dias, docente da Universidade Federal do Paraná –UFPR. Na oportunidade, foram discutidos os avanços e desafios da Comissão de Educação para as relações étnico-raciais. A Conselheira Givânia Maria da Silva pontuou a falta de minuta que apresente as diretrizes de forma objetiva, fato recorrente desde a composição da Comissão. Ainda ressaltou as dificuldades para compor a Comissão de Educação Escolar Indígena, como resultado a postergação das temáticas raciais como prioridades no Conselho Nacional de Educação – CNE. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo reforçou a necessidade de a Comissão manter o foco na questão da equidade, nos direitos quilombolas e na valorização das ancestralidades, que por longos anos foram historicamente renegadas. A Consultora da OEI, a senhora Lucimar Rosa Dias, contextualizou a sua posição na Comissão, salientando o papel técnico de assessoramento. Comentou que auxiliou, num primeiro momento, a Comissão de Educação de Jovens e Adultos – EJA, todavia, a sua contratação está vinculada às pautas étnico-raciais e indígenas. Abordou a temática da pedagogia da alternância e do respeito às especificidades territoriais e considerou que o atraso ao andamento do trabalho da referida Comissão foi atribuído à espera pela devolução do Parecer CNE/CEB nº 8, de oito de março do ano de dois mil e doze, bem como da Resolução CNE/CEB nº 8, de vinte de novembro do ano de dois mil e doze, ainda não homologados, que serviram de base para futuras discussões e análises. Como encaminhamento, foi proposto à consultora a revisão do plano de trabalho da Comissão, identificando os pontos críticos da Resolução já mencionada e, a partir da minuta, realizar uma revisão bibliográfica, fundamentada em teorias e experiência práticas para subsidiar as atividades do grupo. A Comissão ainda objetiva aprofundar o estudo das DCNs do ano de dois mil e doze e da minuta da Resolução, antecipando os temas que exigirão maior rigor teórico. Ainda, foi informado que acontecerá uma reunião na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – Secadi/MEC com especialistas que tratam do tema, prevista para dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, com objetivo de discutir a resolução que não foi homologada na época, bem como o envio do documento que será submetido ao CNE. Ainda dentro do planejamento, ficou acordado que a Comissão pretende realizar momentos de escutas como consulta pública e audiência, para fortalecer a legitimidade do processo, pois conclui-se que a ausência de uma destas etapas foi o fator resultante da não homologação da Resolução e do Parecer, ambos de dois mil e doze. Sem outras manifestações, a reunião de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco foi encerrada e, para constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pela Presidente Comissão de Educação Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura e Cultura Afro-Brasileira, Conselheira Givânia Maria da Silva. **Às dezessete horas do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou a reunião Extraordinária da Comissão Bicameral Plano Nacional da Educação – PNE** com a participação virtual, por





## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

689 meio da Plataforma *Microsoft Teams*, dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Celso  
690 Niskier, Cleunice Matos Rehem, Givânia Maria da Silva, Elizabeth Regina Nunes Guedes,  
691 Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Leila Soares de Souza Perussolo, Maria do Pilar  
692 Lacerda Almeida e Silva e Paulo Fossatti. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo  
693 Filho questionou se o Conselho Nacional de Educação – CNE deva propor emendas do Projeto  
694 de Lei nº 2.614, do ano de dois mil e vinte e quatro, diretamente ao Congresso Nacional. A  
695 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo explicou que foi organizado um quadro síntese  
696 com as contribuições submetidas pelos Conselheiros, destacando sugestões e ajustes por metas  
697 do plano, sem alterar quantitativos e citou participações específicas, como exemplo, das  
698 contribuições encaminhadas pelas Conselheiras Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e Cleunice  
699 Matos Rehem, ambas com temas direcionados à Educação Especial e Educação Ambiental. A  
700 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo ressaltou preocupações sobre termos ambíguos e  
701 o uso de atividades remotas, ajustadas no documento, além da inclusão da Educação Ambiental,  
702 uma novidade do plano. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes reconheceu o excelente  
703 trabalho da Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo na compilação das informações  
704 submetidas pelos Conselheiros. Sugeriu adotar uma metodologia como alinhar pontos com as  
705 contribuições enviadas pela Conselheira Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e dividir tarefas  
706 para finalizar o documento e defendeu a proposta de encaminhar um relatório ao Ministério de  
707 Educação – MEC, em vez de emendas diretas, propondo uma reunião para primeira semana de  
708 junho, mais precisamente no dia nove, com a intenção de validar o material. A Conselheira  
709 Leila Soares de Souza Perussolo resumiu as contribuições focadas em três eixos: a Educação  
710 Ambiental – novas metas propostas pelos Conselheiros Cleunice Matos Rehem e Heleno  
711 Manoel Gomes de Araújo Filho, a Educação Especial – inclusões e exclusões por preocupações  
712 técnicas, a Educação Profissional – ajustes para ampliar acesso e qualidade e formação de  
713 professores reforço no acompanhamento dos cursos, com atenção à Educação Especial e às  
714 diversidades culturais. A Conselheira Givânia Maria da Silva informou que recebeu a  
715 contribuição da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais  
716 Quilombolas – Conaq e pretende analisar para facilitar o trabalho. O Conselheiro Celso Niskier  
717 elogiou os relatórios e perguntou sobre prazos para novas contribuições, especialmente sobre a  
718 Inteligência Artificial – IA e sugeriu usar o Congresso de Reitores da Associação Brasileira de  
719 Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES para coletar outras sugestões. O Conselheiro  
720 Antonio Cesar Russi Callegari destacou a importância de consolidar o relatório e submeter ao  
721 MEC, fixar prazos, manter diálogos com a Deputada Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes,  
722 responsável pelo Plano Nacional de Educação – PNE na Câmara dos Deputados, e buscar  
723 consenso para apresentação unificada sobre o tema. A Conselheira Cleunice Matos Rehem  
724 questionou se a sugestão sobre a avaliação da Educação Profissional foi de fato incluída no  
725 quadro. Em resposta, a Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo garantiu que as  
726 contribuições submetidas pelos Conselheiros estão organizadas e se comprometeu verificar  
727 criteriosamente ponto a ponto. O Conselheiro Paulo Fossatti elogiou o trabalho das Relatoras e  
728 questionou se as contribuições devem ser enviadas somente ao MEC, bem como aos  
729 parlamentares. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes sugeriu que o CNE envie  
730 oficialmente apenas num primeiro momento ao MEC para evitar confusão nas pautas, mas que  
731 entidades parceiras possam atuar ligadas aos parlamentares. O Conselheiro Antonio Cesar



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### ATA Nº 11, DE 12 DE MAIO DE 2025 REUNIÃO DAS COMISSÕES

732 Russi Callegari concordou e defendeu a posição de alinhar-se ao MEC. O Conselheiro Israel  
733 Matos Batista pontuou o cuidado necessário no diálogo com o Congresso Nacional e solicitou  
734 prazo para incluir nas sugestões pautas como Educação Ambiental e Equidade Racial. A  
735 Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo mencionou que é fundamental diferenciar metas  
736 finais e intermediárias para facilitar a organização. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de  
737 Araújo Filho reforçou que relatório final deverá ser enviado ao MEC, propôs aprovar em julho  
738 prevendo a entrega oficial da minuta em agosto e, como encaminhamento, definiu o prazo das  
739 contribuições na data limite de nove de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, bem como, em  
740 um segundo momento, convidar a Deputada Federal Tabata Claudia Amaral de Pontes para  
741 apresentar o relatório da Comissão, e submeter à votação ao Conselho. Sem outras  
742 manifestações, a reunião de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco foi encerrada e, para  
743 constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada  
744 eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro  
745 Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, vinte sete de maio de dois mil e vinte cinco.